



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 16/24, DE 22 DE AGOSTO DE 2024

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Vereador, Prof. Carlos Manuel Maceira Campos

Sr. Vereador, Vítor Hugo Rodrigues de Melo

Sra. Vereadora, Dra. Maria do Rosário Martins Garcia Almeida

Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Marisa Pereira Leal Martins

Pelas quinze horas, no Edifício Paços do Concelho, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz deu início à reunião, com o Período anterior ao do “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, endossando os habituais cumprimentos aos elementos do Executivo, quer em regime de permanência, como de não permanência, a todos os munícipes que acompanham a sua transmissão *online*, aos funcionários do secretariado das reuniões de Câmara e aqueles que asseguram toda a estrutura técnica.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público inscrito para intervir, o Senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de iniciar a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara informou os presentes dos pedidos de substituição do Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira e da Senhora Vereadora Dra. Susana Margarida Macedo Mendes, tendo os serviços procedido à sua substituição nos termos do artigo 78.º, n.º 1, conjugado com o artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua atual redação.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. RICARDO CRUZ:

Continuando no uso da palavra e na sua intervenção, o Senhor Presidente informou que no passado dia vinte esteve em Mira a celebrar o contrato de cedência do direito de superfície com o Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana, relativamente a três infraestruturas, as quais irão reverter para o Parque Público de Habitação a Custo Acessível, designadamente as antigas Escolas Primárias de Vila Nova de Oliveirinha, do Covelo e da Moita da Serra, que futuramente serão 6 fogos de habitação, nomeadamente cinco T2 e um T1. Ainda neste âmbito, informou que foi aprovada mais uma candidatura, com um apoio de quatro milhões de euros, referente à edificação de edifícios multi-familiares na Barroca de Cima, que irá depois da sua construção resultar em seis T3 e seis T2, num total de 12 fogos, e referiu ainda que mais 12 fogos irão resultar de outro edifício junto à Rotunda dos Combatentes. As candidaturas aprovadas dos projetos, resultam na sua totalidade em 30 fogos, com um investimento no valor de cerca de quatro milhões e quinhentos mil euros. A este nível, o Senhor Presidente salientou que este é o caminho a seguir para que Tábua venha a ter um parque público de habitação a custos acessíveis e dar resposta às necessidades do Concelho e dos Tabuenses.



CÂMARA MUNICIPAL

Prosseguiu informando que resultante da aprovação de outra candidatura, os serviços de informática estão a preparar a instalação de seis computadores para o serviço público das bibliotecas, nomeadamente a Biblioteca Pública Municipal João Brandão. Os equipamentos disponibilizados são mais modernos, tendo em conta os equipamentos informáticos que lá estavam já com alguns anos de utilização, modernizando assim, os equipamentos culturais públicos.

O Senhor Presidente deu nota que enviou uma nova comunicação solicitando um pedido de reunião com a ULS de Coimbra para debater assuntos na área da saúde, nomeadamente com o funcionamento do Serviço Urgência Básica de Arganil e do Centro de Saúde de Tábua, tendo em consideração os episódios que têm vindo a ocorrer, tendo já demonstrado essa preocupação. Deu nota, igualmente, que já foi solicitada uma reunião à tutela, para que, de uma vez por todas, possa ser dada informação no âmbito do contrato de descentralização de competências, designadamente sobre os prejuízos avultados assumidos pelo Município. Referiu que só com os recursos humanos, Assistentes Operacionais que prestam serviço no Centro de Saúde de Tábua, o défice entre o valor pago pelo Município e o que recebe da ULS, ascende a cerca de 40 mil euros anuais, os quais, devem ser assumidos pela Administração Central.

Seguidamente informou que sobre a candidatura do projeto “Tábua: Comércio Local Digital” no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais, aprovado pelo IAPMEI, com apoio de cerca de oitocentos mil euros, informou que o concurso público já se encontra na fase de esclarecimentos e que os serviços já estavam a analisar as propostas para que depois possam lançar as intervenções deste importante projeto de desenvolvimento e modernização do tecido comercial de Tábua, o qual foi apresentado publicamente na FACIT 2024.

Prosseguiu a sua intervenção dando nota ainda sobre as candidaturas, que o prazo de esclarecimentos do concurso público inerente à intervenção na Escola Secundária de Tábua, que tem um valor de cerca de seis milhões de euros, decorre até trinta de setembro.



CÂMARA MUNICIPAL

Deu nota que estão a terminar a colocação de pavê no estacionamento do Espaço Cultiva concretizando-se uma área que ficará ao serviço da população, designadamente de quem utiliza esta estrutura bem como do futuro Centro Logístico Municipal, com mais 38 lugares de estacionamento disponíveis.

O Senhor Presidente continuou informando que, estavam a intervir em retificações da calçada em diversas Freguesias, dando a título de exemplo a intervenção em Meda de Mouros que está a ser executada por administração direta.

No âmbito do processo relativo à continuidade do IC6 entre o nó de Tábuva e o nó da Folhadosa (Seia), deu nota que já rececionaram as propostas do projeto, sendo sinal que o mesmo está a avançar e de acordo com a informação das Infraestruturas de Portugal, o projeto está a ser analisado não só naquele raio de ação que já tinha tido validação anterior, mas também outras alternativas no âmbito da viabilidade de outro trajeto mais económico, para futuramente ser lançada a obra que vem concretizar esta antiga e legítima ambição da Região. Deu nota ainda que as duas propostas estão a ser analisadas pelos serviços internos da DOPGU para estudar eventuais incompatibilidades, para posteriormente serem presentes na reunião de Câmara, possibilitando a escolha da melhor opção dentro daquilo que são as possibilidades do trajeto proposto para o nosso Concelho.

Prosseguiu dando nota também que esteve com o Senhor Vereador do Desporto no passado domingo, no Estádio Municipal, a presenciar um jogo de futebol que atraiu mais de 1.000 pessoas, entre os clubes F.C. Oliveira do Hospital e a Associação Académica de Coimbra, tendo da parte dos responsáveis da Federação Portuguesa de Futebol, sido manifestada a disponibilidade e interesse em trazer a Tábuva mais jogos, nomeadamente da Seleção Nacional Feminina de Futebol.

Parabenizou, no âmbito das modalidades desportivas, não só o trabalho feito pelo setor de desporto, mas sobretudo pelo seu Vereador. Aproveitou a oportunidade para informar que tendo em consideração o esforço feito, concluíram na época passada, os pagamentos às Associações Desportivas, nomeadamente aos Clubes de Futebol e que têm vindo a ser estabelecidos protocolos extraordinários para apoio



CÂMARA MUNICIPAL

às atividades que desenvolvem. Referiu-se também à verba do apoio monetário de 13 mil e 500 euros para a aquisição da carrinha por parte do Grupo Desportivo Tourizense, aos 7 mil euros relativo ao pagamento na totalidade da intervenção de recuperação do muro de suporte que caiu no campo do G.D. Tourizense, verificando-se também a necessidade de intervenção e de um apoio ao Grupo Desportivo Tabuense, para consolidação de um muro que está a ruir. Informou também que gostaria de dar os parabéns mais uma vez às Direções dos dois clubes, por perceberem a necessidade de atrair novos investidores e patrocinadores, para que possam ter mais condições financeiras, sabendo que é uma tarefa sempre difícil e que tem sido feito com base na disponibilidade e no empenho dos membros das Direções dos referidos clubes.

Parabenizou também o Vereador do Desporto pelo envio do modelo de financiamento para a próxima época desportiva, para que os Clubes possam ter atempadamente conhecimento do que serão os apoios financeiros da parte da Câmara Municipal de Tábua.

Aproveitou ainda, no âmbito do associativismo, para parabenizar todas as Comissões e Organizações das festividades que se realizam no Concelho, mantendo uma forte dinâmica e promovendo a união entre todos os Tabuenses.

Terminou a sua intervenção partilhando a informação, que depois do esforço de negociação, o Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT) foi já assinado entre a Comissão Diretiva do Centro 2030 e a CIM Região de Coimbra, em sessão que decorreu no dia 6 de Agosto e que validou a proposta do ITI para a Região de Coimbra no âmbito do Programa Regional do Centro 2030, sendo que também já está para ser assinado em breve, entre a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro e a ADXTUR, a operacionalização da Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, na qual está sinalizado o investimento com a Incubadora do Queijo a concretizar no Concelho de Tábua, com o valor de apoio de 700 mil euros, pelo que existe a legítima expectativa de que este projeto



CÂMARA MUNICIPAL

será tornado uma realidade, após concluídos os mecanismos de contratação pública.

Nada mais tendo a acrescentar, passou a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira para endereçar os habituais cumprimentos a todos os presentes e a quem assiste nas redes sociais.

Iniciou a sua intervenção dando nota que marcou presença no dia onze de agosto, no convívio realizado pela Irmandade de Vila Nova de Oliveirinha, a Nossa Senhora do Loreto, felicitando os seus responsáveis porque proporcionaram um convívio bastante agradável com a participação de mais de cento e vinte pessoas.

Prosseguiu tentando sensibilizar a comunidade ao nível da Vespa Velutina. Informou que a Vespa Velutina está neste território há alguns anos, tendo-se passado da fase de prevenção, onde até Abril distribuíram cerca de quinhentas armadilhas e foram capturadas mais de duas mil vespas, potencialmente criadoras de novos ninhos, e que agora já se encontram na fase do combate à Vespa Velutina em que quando se avistam os ninhos, o Serviço Municipal de Proteção Civil terá que responder ao tratamento e ao combate a este flagelo. Destacou o excelente trabalho que têm realizado, contabilizando já, até quinze de agosto, a intervenção em cento e setenta e seis ninhos, sendo que quarenta e seis não era vespa velutina, mas sim a vespa cabra, que não tem indicações para ser exterminada, porque não faz mal à abelha comum e aos outros insetos. Referiu o Senhor Vice-Presidente que por dia combatem entre cinco a seis ninhos e que é um flagelo que está para durar.

Seguidamente acrescentou à informação dada pelo Senhor Presidente relativamente à candidatura no âmbito da CIM Região de Coimbra para o fornecimento de seis computadores novos para biblioteca, tendo destacado que



CÂMARA MUNICIPAL

estes equipamentos vão estar disponíveis na Biblioteca Pública Municipal João Brandão para o público, e que assim sendo passaram de quatro para seis postos disponíveis para a comunidade que se desloca à biblioteca poder usufruir de equipamentos renovados. Informou ainda que irão aumentar a disponibilidade dos computadores que estão alocados à rede de bibliotecas escolares com alguns dos computadores retirados e que estão em perfeito uso.

Terminou a sua intervenção prestando um agradecimento e um reconhecimento aos Corpos de Bombeiros do Concelho, nomeadamente de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha, referindo que estão a meio da época de fogos rurais e que felizmente têm tido poucas ignições, sendo que as que se registaram foram rapidamente controladas pelos Corpos de Bombeiros, dando nota que os incêndios foram dominados na primeira meia hora e que isso é bastante gratificante, estendendo este agradecimento aos seus dirigentes, porque para os Bombeiros terem esta resposta, também é preciso os seus dirigentes disponibilizem toda uma série de apoios.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO:

No uso da palavra, interveio o Senhor Vereador, Eng.º David Pinto que iniciou a sua intervenção, endossando cumprimentos a todos os presentes na reunião, nomeadamente, ao Senhor Presidente, restantes Vereadores, colaboradores do Município que asseguram a reunião, bem como todos aqueles que estão a acompanhar a reunião através das redes sociais.

Seguidamente informou que comemoraram o Dia Internacional da Juventude no Rio Alva na Ronqueira (Mouronho), no passado dia doze de agosto, a qual decorreu no âmbito de uma parceria entre as Câmaras Municipais de Tábua e Arganil, permitindo um intenso programa de atividades dirigido aos jovens, e que contou com o apoio da Federação das Associações Juvenis do Distrito de Coimbra, das Juntas de Freguesia de Mouronho e das Secarias. Deu nota que, as duas praias



CÂMARA MUNICIPAL

fluviais foram palco de várias atividades, como por exemplo, o vôlei de praia, os insufláveis de água, slide, a tirolesa, canoagem e stand up paddle, dos quais os jovens que estavam inscritos e os outros que estavam a usufruir das duas praias puderam ter acesso, tendo estado envolvidos cerca de cento e cinquenta jovens, sessenta e cinco dos quais do Concelho de Tábua previamente inscritos.

Seguidamente, agora no âmbito do desporto e reforçando as palavras ditas pelo Senhor Presidente, informou que decorreu o primeiro jogo da Liga 3 no Estádio Municipal, que opôs o Futebol Clube de Oliveira do Hospital, que faz do estádio de Tábua a sua casa para receber os jogos deste campeonato, fruto das excelentes condições que o Estádio Municipal e o relvado natural possuem, e a Académica de Coimbra, onde tiveram uma assistência de cerca de mil e duzentas pessoas.

Reforçando novamente as palavras do Senhor Presidente sobre a preparação da nova época desportiva, afirmou estarem a preparar convenientemente toda a época, com a utilização do Estádio Municipal por parte dos clubes do Concelho, incluindo o Grupo Desportivo Tabuense e o Grupo Desportivo Tourizense, informando que os clubes já receberam uma comunicação escrita com todas as regras que existem em vigor para atribuição do financiamento municipal, nomeadamente os vários critérios que o Município tem disponíveis para ajudar, possibilitando que previamente possam conhecer com o que podem contar. Referiu ainda que as Associações Desportivas, e muito bem, têm feito um esforço grande para obtenção de apoios e, tal como o Senhor Presidente, reforçou os parabéns pelo esforço feito para obterem novas fontes de financiamento, pois têm sido excelentes e da parte do município já sabem com aquilo que podem contar, tendo referido que esta Autarquia tem as contas em dia para com os Clubes, incluindo outros apoios extraordinários concedidos, tal como o Senhor Presidente disse.

No âmbito do associativismo, o Senhor Vereador deu nota de ser com muita satisfação que vê que a Associação Recreativa e Cultural de Espariz com novos corpos sociais e que estava a renascer, especialmente porque durante anos tiveram a modalidade de futsal e têm a intenção de voltar a ter novamente, o que é bom,



CÂMARA MUNICIPAL

porque é mais uma associação que ressurge e que dá oportunidade aos jovens e menos jovens de praticarem desporto.

Relativamente ao movimento associativo do Concelho e às várias atividades realizadas por estes, parabenizou todas as Associações e Organizações e todos os dirigentes associativos, pela dinâmica que têm colocado não só nas festas religiosas como noutros convívios, aproveitando uma época onde há muita gente que visita o território e muitos pessoas que habitualmente não estão por cá e que fazem questão de visitar, mostrando que, de facto, o movimento associativo está vivo, bem vivo, está dinâmico e tem realizado muitas atividades.

Finalizando a sua intervenção o Senhor Vereador informou que esteve presente no Festival do Rancho em Várzea de Candosa, também nas festas de Balocas, nas festas das Bogalhas, em São Simão, em Candosa, no Covelo, em Ázere, em Pinheiro de Coja e nas Barras.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, PROF. CARLOS CAMPOS:

Interveio o Senhor Vereador, em regime de substituição, Carlos Campos que começou por cumprimentar todos os elementos da mesa, bem como o pessoal do Município que presta apoio a esta reunião e a todos os cidadãos que acompanhavam *online*.

Iniciou a sua intervenção destacando todo o investimento que o Município tem feito na melhoria das condições das instalações escolares do Concelho, referindo que será muito bom os jovens poderem usufruir de melhores condições para que a sua qualificação e formação seja muito mais proveitosa.

Prosseguiu destacando o investimento que irá ser feito brevemente a nível do CTE digital no Concelho de Tábua, através da Eptoliva, o qual permitirá a disponibilização de equipamento de ponta para o que é o desenvolvimento da área



CÂMARA MUNICIPAL

da multimédia, e que permite também, do ponto de vista digital, um investimento na ordem de um milhão e trezentos e cinquenta e quatro mil euros.

Seguidamente informou que, brevemente, também o Concelho irá usufruir de uma residência estudantil que irá permitir acolher com dignidade e todas as condições, não só os alunos da Eptoliva, mas também todos aqueles alunos que sejam de todo o país e que queiram estudar aqui no Concelho, sendo uma realidade já em Setembro.

Prosseguiu dando nota de uma outra situação, que se prende com a aprovação do financiamento do Centro Qualifica da Adeptoliva, para o período de 2024 / 2026 e que tem permitido que tenham conseguido um alcance maior através do desenvolvimento de processos RVCC, ao certificar as competências das pessoas, não só presencialmente, mas também *online*. Informou que isso trouxe candidatos de todo o país e que pretendem alargar o seu âmbito a partir de setembro, quer a migrantes, quer a cidadãos estrangeiros residentes no Concelho, que é uma forma de poderem certificar e desenvolver as competências na língua portuguesa e assim permitir que os cidadãos também se integrem melhor na comunidade, quer em termos laborais, quer em termos sociais.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR VÍTOR MELO:

Interveio o Senhor Vereador, Vítor Melo que começou por apresentar os usuais cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, restantes elementos do Executivo, funcionários da Câmara afetos ao Secretariado das reuniões da Câmara e aos Tabuenses que estavam a acompanhar a reunião pelas redes sociais.

Prosseguiu a sua intervenção questionando em relação ao PDM, dizendo achar que não está em período de consulta pública e que deveria haver o devido cuidado por parte do Município em comunicar quando se deve dar início a esse período, o que só acontecerá após a publicação no Diário da República. Contudo, algumas pessoas questionaram o Senhor Vereador quanto a esse facto, porque foi



CÂMARA MUNICIPAL

aprovada essa consulta pública pela Câmara Municipal, como diz a lei, mas o período em que decorrerá ainda não é conhecido.

De seguida e no âmbito da FACIT, como tem sido hábito da parte da oposição solicitou que fossem apresentadas, quando possível, as contas desta iniciativa.

Em termos de educação, o Senhor Vereador questionou se já foram repostos os valores com retroativos aos funcionários, referente à progressão de carreiras, uma vez que se vai dar início a um novo ano letivo.

Terminando a sua intervenção, alegou estar contente com a dinâmica que se criou nos últimos tempos por parte dos clubes desportivos, por não pensarem que o Estado, neste caso, o Município, é que deve suportar tudo. Afirmou ter sempre defendido que qualquer instituição deve procurar formas alternativas de financiamento, garantindo melhor autonomia financeira e para isso tem de criar dinamismo e soluções para os seus grupos, junto da população. Deu nota que foi isso que o Grupo Tourizense fez e destaca que ainda bem que outros grupos o seguiram. Afirmou que, no entanto, o Município não se podem excluir da sua responsabilidade e estar à altura quando é necessário de socorrer estas instituições, quando algo acontece.

Deu nota ainda em relação ao dito pelo Senhor Engenheiro David Pinto, de as contas estarem certas, que não seria bem assim pois que ainda não tinha sido liquidada a verba referente ao muro.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA:

Na sua intervenção a Senhora Vereadora apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes na reunião, não só aos presenciais, mas também aos que acompanham através dos restantes meios fora da sala.



CÂMARA MUNICIPAL

**INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO,
DRA. ALEXANDRA MARTINS:**

Interveio a Senhora Vereadora, em regime de substituição, Dra. Alexandra Martins começando por endossar cumprimentos a todos os elementos do Executivo, respetivos colaboradores do Município que prestam apoio ao Secretariado das Reuniões da Câmara e a quem nos segue nas redes sociais.

Prosseguiu a sua intervenção pedindo apenas dois esclarecimentos. O primeiro foi se já tinha sido solicitado ao departamento competente do Município, que averiguasse a situação da estrada de São Miguel, em Midões que devido aos escoamentos de águas, apresentam crateras de grande dimensão, encostadas aos passeios.

Seguidamente apresentou a outra questão que se prendeu com a ata de reunião pública presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira, referindo que nesta mesma reunião diz ter justificado a falta do Senhor Vereador Vítor Melo, tendo no final da reunião falado sobre o assunto com o Senhor Vice-Presidente, e a ata não refere como tendo sido justificada a ausência.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente passou de imediato aos esclarecimentos.

Iniciou respondendo às questões colocadas do PDM, afirmando que tiveram o cuidado de abordar essa questão na última reunião de Câmara. Contudo, tendo em consideração que era uma reunião pública e também a dimensão e importância da questão do PDM, esclareceu ter sempre abordado o tema nas reuniões de Câmara e também nas Assembleias Municipais, e que o PDM é uma questão que muito preocupou o Executivo, tendo ficado satisfeito porque irão conseguir concluir um processo que se arrasta há muito, sendo o atual PDM de 1994. Referiu duas notas prévias, que o PDM é um instrumento que tem mais de 24 Entidades a participar, referindo que a Entidade que se sente mais “castrada” é o Município de Tábua, porque sendo o documento designado de Plano Diretor Municipal, todas as



CÂMARA MUNICIPAL

Entidades intervêm sobre o documento e que o Município tem que acolher todos os pareceres. Continuou referindo que este é um facto que condiciona um Presidente de Câmara e o Executivo. Contudo, evidenciou o seu regozijo porque o PDM será concluído ainda neste mandato, como foi seu compromisso, apesar dessa satisfação não ser plena, porque será um PDM que não irá responder a todos os anseios do Município e dos Tabuenses, tendo em consideração as restrições impostas por todas as Entidades.

Continuou referindo que tinham de divulgar a abertura da discussão pública para que as pessoas pudessem participar o mais possível, permitindo ainda que possam ser retificadas algumas questões, e que sejam possíveis de alterar. Deu nota de já ter sido enviado para publicação no Diário da República, mas só poderiam divulgar concretamente as datas, após confirmação do período em que a mesma decorre, acompanhada da informação no *site*, quais os seus locais e também a disponibilização de um documento num espaço que permita a consulta dos cidadãos, com o apoio dos serviços da DOPGU. Afirma ainda que iram depois criar estratégias de divulgação de informação junto das Freguesias para terem a maior participação possível de todos os Municípios.

Prosseguiu o Senhor Presidente nos seus esclarecimentos e relativamente às contas da FACIT, informou que serão entregues na próxima reunião de Câmara, transmitindo que já tinham rececionado o estudo da Cision, que avalia o potencial mediático do evento.

Sobre a questão afeta aos recursos humanos da Educação, colocada pelo Senhor Vereador, o Senhor Presidente informou que a Senhora Vereadora que detém o pelouro da Educação, Formação e Empreendimento Jovem, irá responder à questão futuramente, mas pela informação que tinha, estavam a aguardar o processo relativo à avaliação, para que sejam pagos aos Colaboradores os retroativos inerentes.

Relativamente às questões dos clubes, informou já ter reforçado os aspetos positivos e prosseguiu explicando que iniciaram este mandato com uma verba



CÂMARA MUNICIPAL

substancial de dívida aos clubes e associações desportivas, mas que não era essa realidade que tinha no Concelho hoje em dia, pois assumiram ao longo do seu mandato que iriam recuperar as dívidas passadas e já o tinham feito ainda na época desportiva anterior. Associado a este esforço foram pagos, na sua totalidade, os protocolos celebrados, nomeadamente com os clubes de futebol pois têm uma dimensão em termos de atividade física regular, aquando do término da época. Ainda assim, dentro das possibilidades do Município, foram estabelecidos protocolos pontuais, referindo que o senhor Presidente do Grupo Desportivo Tourizense teria assinado nessa semana um desses protocolos, cujo início ao processo de transferência foi imediato, uma vez que só após a sua assinatura poderia ser pago, apesar da intervenção no muro ainda não ter sido iniciada.

Ainda no âmbito dos clubes destacou as palavras que o Senhor Vereador proferiu relativamente ao facto de que por mais que as Autarquias possam contribuir com apoios, teria que existir uma responsabilização não só dos praticantes, através dos seus Encarregados de Educação.

Sobre uma questão colocada pela Dra. Alexandra Martins relativamente à estrada de São Miguel, o Senhor Presidente percebeu que não foi a mesma questão à qual o Engenheiro José Lima respondeu numa última reunião, então sugeriu que se possa articular com o mesmo.

Sobre a questão das atas, o Senhor Presidente referiu que foi uma reunião em que ele não esteve presente, mas que já teria sido votada e de acordo com a minuta entregue aos Vereadores, tanto essa como a ata seguinte. As duas atas e as respetivas minutas foram já aprovadas, e pediu que, independentemente de haver aqui pessoas que possam abordar a questão de uma ausência, cabe a cada um dos Vereadores, ao Vice-Presidente ou ao próprio Presidente, enquanto Autarcas, apresentar sempre uma justificação por escrito, ou, pelo menos um telefonema do próprio e não através de terceiros. Solicitou que este assunto fique registado também nesta ata e pediu ao Senhor Vereador Vitor Melo, uma vez que também era envolvido nesta mesma questão, para que fizesse um *e-mail* à posteriori e agora, de modo a



CÂMARA MUNICIPAL

que se pudesse de alguma forma suportar as suas palavras e para que fique registado sem nenhuma questão ou dúvida.

Pedindo uso da palavra o Senhor Vereador David Pinto deixou um pequeno esclarecimento ao Senhor Vereador Vítor Melo, clarificando que quando disse: "*que as contas estão em dia*" era relativamente àquilo que foi definido para a Época Desportiva de 2023/2024 e isso está tudo liquidado. Continuou dizendo que o apoio extraordinário que foi dado no caso concreto para a reparação do muro, tinha indicação dos serviços e tal como o Senhor Presidente disse, só nessa semana é que todos os documentos necessários para propor o contrato relativamente a esse apoio teriam chegado ao Município, motivo pelo qual ainda não teria sido pago.

Findas as intervenções e prestados os esclarecimentos às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara passou, seguidamente, ao II Período da Ordem do Dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 15/24, DE 8 DE AGOSTO DE 2024.

Deliberação n.º 278 – Aprovada por unanimidade com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Pedindo o uso da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alexandra Martins, alegou ser a mesma questão que levantou antes do período da ordem do dia, que mais uma vez houve justificação, que o Senhor Vítor Melo não conseguiu justificar por escrito, solicitou que fosse justificada, como já tinha sido feito na ata nove justificada pela própria em que não foi necessário em qualquer documento. Afirmou que, quando mudam as regras, deveriam ser informados e que não considera que seja justo e que, no caso da outra ata, considera até ter sido um pouco de má-fé por



CÂMARA MUNICIPAL

ter justificado, no final depois da minuta ter solicitado ao Senhor Vice-Presidente que retificasse essa situação e a verdade é que ela não foi retificada e agora aparece uma ata exatamente com o mesmo problema. A Senhora Vereadora solicitou ainda que fossem retificadas as duas atas.

Em esclarecimento à questão apontada pela Senhora Vereadora, o Senhor Presidente respondeu que se responsabiliza pela condução da reunião de Câmara e esclareceu que as regras não mudaram e que segundo o regimento, cabe às próprias pessoas justificarem as suas ausências, e os vereadores que não estão presentes, têm a possibilidade de justificar após a reunião de Câmara durante um período de tempo. Deu nota de estar no regimento, foi entregue e votado por todos, qual o prazo de justificação. Mais solicita, para evitar este tipo de equívocos, que as pessoas tenham a responsabilidade necessária de o fazer, seja o Vereador Vítor Melo, seja o vereador A, B ou C. O Senhor Presidente disse ainda que têm a minuta da Ata, que é distribuída, é assinada e é votada, momento no qual poderiam corrigir alguma incompatibilidade, pelo que devem estar com a devida atenção. Continuou explicando que sobre a Ata nº 14 não se pronunciaria, mas sobre esta sim e tendo em consideração que ainda havia um período legal para o fazer, que o Senhor Vereador Vítor Melo fizesse uma intervenção dizendo o motivo pelo qual não esteve presente e que envie um e-mail ou uma informação e nesta mesma ata respeitarão, essa mesma questão.

Ainda neste âmbito o Senhor Presidente clarificou que nada custa serem as próprias pessoas a apresentar justificação, conforme o Regimento, e que quando ocorre a votação da ata e ou a votação da minuta, é o momento certo para alertar para alguma questão que não esteja nesse mesmo sentido.

Pedindo novamente a palavra, a Senhora Vereadora Dra. Alexandra Martins referiu que o Senhor Presidente, disse e muito bem que devemos estar com atenção e que devemos fazer os reparos e que na verdade o reparo foi feito logo na minuta da ata e que não era uma questão de falta de atenção, não era uma questão de não



CÂMARA MUNICIPAL

ter chamado a atenção para a situação e que, não compreendia as palavras do Senhor Presidente.

No uso da palavra, o Senhor Presidente respondeu que não era essa a Ata em votação, que a Ata em votação era o ponto um da Ata n.º15/24 de oito de agosto. Deu nota ainda que ficaria o reparo na ata desta sessão a intervenção do Senhor Vereador que deveria pedir a palavra, para que essa informação fique registada.

Pedindo a palavra o Senhor Vereador Vítor Melo referiu que gostaria que fosse justificada a sua falta da reunião n.º 14 de vinte e cinco de julho e da reunião n.º 15 de oito de agosto, uma vez que em ambas, no local onde se encontrava, não tinha a possibilidade de comunicar via *e-mail* a sua ausência.

Na recuperação da palavra o Senhor Presidente informou que nessa data em questão iriam proceder à retificação da ata n.º 15/24, comunicando ainda ao Senhor Vereador que quando ligou à Senhora Vereadora poderia por uma questão de “cortesia” ligar para si ou para os serviços achando ser mais fácil e evitando-se esta questão. Posto isto, colocou o ponto um a votação com a referida retificação.

2. HASTA PÚBLICA N.º 03/2024 – ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO, LOCALIZADO NO PARQUE INDUSTRIAL DE TÁBUA – LOTE N.º 13, FREGUESIA E CONCELHO DE TÁBUA.

Deliberação n.º 279 - Presente o Programa de Procedimento e respetivos Anexos referente à Hasta Pública n.º 03/2024 - Alienação do Lote n.º 13 do Parque Industrial de Tábua (2.ª fase), documentos que se dão por reproduzidos.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a abertura do procedimento de hasta pública para:

- a) Proceder à venda, por Hasta Pública, do bem imóvel com a matriz urbana 3914 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 8750, que é propriedade do Município de Tábua, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, al. g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação;



CÂMARA MUNICIPAL

- b) Aprovar as cláusulas do Programa de Procedimento e Anexos integrantes do processo de Hasta Pública;
- c) Aprovar a constituição da Comissão de Hasta Pública, com os seguintes elementos:
 - Presidente – Alexandra Bento, Técnica Superior da USIP.
 - 1.ª Vogal – Luísa Marques, Chefe de Divisão da DOPGU.
 - 2.ª Vogal – José Ângelo Oliveira, Técnico Superior da Divisão Administrativa e Financeira.
 - 1.º Vogal Suplente – José Manuel Fonseca, Técnico Superior da DOPGU.
 - 2.º Vogal Suplente - Liliana Cristóvão, Técnica Superior da USIP.
- d) Concordar com os procedimentos administrativos inerentes ao processo de Hasta Pública, nomeadamente de publicitação (editais/anúncio).

3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – AJUSTE DIRETO N.º 73-S/2024 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

Deliberação n.º 280 - Presente a informação jurídica n.º 39/2024, datada de 19 de agosto de 2024, da Técnica Superior Alexandra Bento que se dá por reproduzida, inerente ao Ajuste Direto n.º 73 – S/2024, que visa o contrato de aquisição de Serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas ao Município de Tábua, à empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., pelo valor de 18.600,00€ (dezoito mil e seiscentos euros), acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, pelo período de 24 meses.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com 4 votos a favor, 3 votos contra dos Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, e 0 abstenções, a aprovação da emissão do parecer prévio vinculativo, ao abrigo do disposto na al. b), do n.º 2, do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para aquisição dos serviços em questão, na modalidade de contrato de avença.



CÂMARA MUNICIPAL

Pedindo uso da palavra o Senhor Vereador Vítor Melo, comentou que o mandato deste Executivo termina daqui a um ano, podendo ou não haver renovação, e questionou o Senhor Presidente, porque é que fez um contrato com uma duração de 24 meses, ou seja, dois anos, quando o mandato deste Executivo só tem um prazo ainda de um ano, pois haverá eleições e quem vier a seguir poderá ou não concordar trabalhar com este gabinete, poderá procurar outro, e haverá aqui um vínculo de um ano do município que não acha ser correto.

Em esclarecimento a esta questão, o Senhor Presidente explicou que apesar de o mandato terminar em 2025, não ainda não estão marcadas as eleições e portanto o que sabia era que é que estavam a dia vinte e tal de agosto a terminar um contrato de um ROC em agosto, partindo do pressuposto que as eleições seriam em outubro, ficariam dois meses sem ter ROC ao serviço do Município de Tábua, já que o trabalho de um ROC é permanente e não apenas aparecer num dado momento. Explica ainda que certificar as contas é um trabalho constante e que existe um acompanhamento de várias matérias por parte de um ROC, Revisor Oficial de Contas, naquilo que é a certificação de contas. Clarificou ainda compreender a intenção, mas que teria que ser feito desta maneira para poderem estar salvaguardados os superiores interesses desta Autarquia e não impedir o seu bom funcionamento.

Pedindo novamente a palavra, o Senhor Vereador Vítor Melo afirmou que discordava por não se estar a referir a 12 meses certos, mas vai haver eleições e renovação e referiu que um contrato de 24 meses significa que quem entrar é obrigado a ter um gabinete de apoio que poderia querer alterar. Afirmou não ter nada contra este gabinete, só acha que é perfeitamente normal as pessoas procurarem outras formas de trabalho ou outras pessoas para trabalhar e muitas vezes até têm outro tipo de confiança ou à vontade.

Pedindo a palavra a Senhora Chefe de Divisão da DAF, Dra. Sofia Félix, corroborou e afirmou ter sido a própria a propor os 24 meses, porque é um trabalho



CÂMARA MUNICIPAL

que tem que ser e que é contínuo, e que então teriam que ~~rever~~ todos os contratos, havendo contratos que vão estar em vigor com duração de, até 36 meses. Afirmou ainda terem que garantir tranquilidade, continuidade e que a empresa tem feito sempre um trabalho com isenção, com independência até à presente data e que, por isso mesmo, foi feita essa proposta.

4. ELABORAÇÃO DE ESTUDO / INVESTIGAÇÃO E EDIÇÃO DE LIVRO “TÁBUA – A CONSTRUÇÃO DE UM CONCELHO (1925-1974) – VOLUME II” – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

Deliberação n.º 281 - Presente a informação jurídica n.º 40/2024, datada de 19 de agosto de 2024, da Técnica Superior Alexandra Bento que se dá por reproduzida, inerente ao Ajuste Direto n.º 75 – S/2024, que visa o contrato de aquisição de Serviços de Elaboração de Estudo e Investigação e Edição do Livro “Tábua – A construção de um Concelho (1925-1974) – Volume II”, a Fernando José Gouveia Pais, pelo valor de 9.996,00€ (nove mil, novecentos e noventa e seis euros), acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, pelo período de 12 meses.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, a aprovação da emissão do parecer prévio vinculativo, ao abrigo do disposto na al. a), do n.º 2, do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para aquisição dos serviços em questão, na modalidade de contrato de tarefa.

Pedindo a palavra o Senhor Vereador Vítor Melo refere que concordavam com esta iniciativa que foi do Município. Disse pensar que cada vez mais se deve transmitir o passado e aliás reter da experiência do passado, conhecimento do presente, é bom para o futuro para não voltarem a cometer certos erros. Embora este seja um passado não recente, o Senhor Vereador disse gostar bastante da parte



CÂMARA MUNICIPAL

histórica do Concelho, de tudo o que foi até chegarem aos momentos de hoje. Como tal, concordam e apoiam.

O Senhor Presidente regista a intervenção do Senhor Vereador, salientando que não teve a mesma coerência de raciocínio com a votação do ponto anterior já que esta aquisição de serviços de 12 meses, salientando o facto da edição dos volumes II e III desta obra irá ultrapassar, no seu conjunto os 24 ou mesmo os 36 meses.

5. ADESÃO DA CIM REGIÃO DE COIMBRA AO PACTO RURAL / CONHECIMENTO.

Presente a Informação com o Registo n.º 3025, datada de 26 de julho da CIM Região de Coimbra, referente à adesão da referida entidade ao Pacto Rural. A Comissão Europeia lançou em 2021 o Pacto Rural, no âmbito da sua Visão de Longo Prazo para as áreas rurais da União Europeia. Este Pacto Rural proporciona um quadro de cooperação entre as autoridades públicas, a sociedade civil, as empresas, o meio académico e os cidadãos, a nível europeu, nacional, regional e local, cujo objetivo é promover a inspiração mútua entre todos os níveis de governação e mobilizar as autoridades públicas e as partes interessadas para agirem de acordo com as necessidades e aspirações dos residentes rurais e no passado dia 23 de julho a CIM Região de Coimbra recebeu confirmação da sua adesão à Plataforma Comunitária do Pacto Rural.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

6. PROPOSTA DE MINUTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL E O MUNICÍPIO DE TÁBUA – EN342-4 / CONHECIMENTO.

Presente a Proposta de Minuta de Acordo de Mutação Dominial entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Tábua, que tem por objeto a integração na rede viária do Município de Tábua do troço de estrada da EN342-4,



CÂMARA MUNICIPAL

entre o km 7,207 e o km 8,375 (cuas coordenadas, no sistema ETRS89, são respetivamente: 4.485, 67.170 e 3.719, 67.844), na extensão total de 1,168 km, conforme o esboço corográfico que constitui o anexo I ao acordo, que dele faz parte integrante.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

7. CONCURSOS E CONSULTAS.

Deliberação n.º 282 - Presente o processo do Concurso Público n.º 34-E/2024, relativo à "Requalificação (Alteração e Ampliação) da Escola Secundária de Tábua", que se dá por reproduzido, para efeitos do estipulado no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao teor da Ata n.º 4, datada de 08 de agosto, do Júri do Procedimento, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar todos os atos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativamente ao seu despacho de aprovação datado de 8 de agosto das propostas constantes na referida ata, no que diz respeito ao seguinte:

1. A publicitação do esclarecimento na plataforma eletrónica utilizada pelo Município, a sua junção às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta e a notificação imediata deste facto a todos os interessados, nos termos e para efeitos do n.º 8 do artigo 50.º do CCP.

Deliberação n.º 283 - Presente o processo de Consulta Prévia n.º 66-S/2024, relativo ao *"Fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino do Concelho de Tábua, no Ano Letivo 2024/2025, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de Refeições Escolares celebrado pela Central de Compras da*



CÂMARA MUNICIPAL

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC) – Lote 4 – Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente”, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao Relatório Final da referida Consulta Prévia, do Presidente do Júri, Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, e das Técnicas Superiores, Eng.ª Mónica Costa e Eng.ª Andreia Coelho Primeiro e Segundo Vogal, respetivamente, datado de 20 de agosto p.p., foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, o seguinte:

- i) **Adjudicar a Consulta Prévia** à empresa UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., pela quantia de 521.628,54€ (quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e oito euros e quatro cêntimos), acrescido de IV.A. à taxa legal em vigor, conforme proposto no Relatório Final e de acordo com o disposto no artigo 124.º, n.ºs 3 e 4, do CCP.
- ii) **Aprovar a respetiva minuta do contrato para celebração do mesmo**, para efeitos do disposto no artigo 94.º e 96.º do CCP.

DEDS - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EDUCAÇÃO

8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDIDAS DE APOIO COMPLEMENTARES, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO 2024/2025.

Deliberação n.º 284 – Presente a Informação n.º 009/2024, elaborada pela Sra. Vereadora da Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, Susana Mendes, datada de 16 de agosto, que se dá por reproduzida, referente à Proposta de Atribuição de Medidas de Apoio Complementares, no âmbito da Educação, para o



CÂMARA MUNICIPAL

ano letivo 2024/2025. O Município de Tábua, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, do Regulamento Municipal de Serviços de Serviços de Apoio à Família no âmbito da Educação e tendo em consideração o deliberado em Reunião do Conselho Municipal de Educação de Tábua, realizada a 19 de julho de 2024, propõe para o ano letivo 2024/2025, a seguinte atribuição de auxílios económicos (medidas de apoio complementares) às crianças do Ensino pré-Escolar e aos alunos do 1.º, 2.º, 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário:

- Atribuição de Atividades Complementares ao Ensino Pré-Escolar.
- Atribuição Regime Escolar – Fruta Escolar no Pré-Escolar.
- Atribuição dos Livros de Fichas.
- Atribuição das Flautas de Bisel.
- Visitas de Estudo.

Posto o assunto à consideração da Câmara Municipal, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, nos termos do n.º 3, do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Serviços de Apoio à Família.

Pedindo a palavra a Senhora Vereadora Dra. Maria do Rosário interveio dizendo que às vezes olha para estas medidas e fica a pensar se estariam a ser absolutamente corretos, porque de facto é muito importante que promovam o desenvolvimento das crianças e a certa altura olha para todos os apoios e todas as intervenções que as instituições fazem junto das crianças e pensa onde é que está o papel dos pais? O que é que sobra para intervenção dos pais? E respondeu, por ver diariamente pessoas que acham que os serviços de saúde não prestam para nada porque são grátis, e no que diz respeito a educação, também muito frequentemente, são crianças que têm todo o apoio institucional e depois falta o facto dos pais que não participam minimamente de uma forma assertiva e de uma forma dinâmica. Afirmou não estar obviamente a dizer que as crianças não merecem ser acompanhadas e ter boas condições de escola, professores, desporto, seja lá o que



CÂMARA MUNICIPAL

for, apenas quis dizer é que se os pais comprassem, por exemplo, a flauta de bisel, não lhes ficava mal, sendo isto é um exemplo.

Respondeu o Senhor Presidente que a questão da atribuição dos apoios que foram explanados e que a informação até refere mais que isso, informação a título de acompanhamento, nomeadamente no que é o número de alunos, e o que poderá ser atingido com este mesmo projeto nas diversas áreas, assim como os valores que poderão ser suportados para a concretização destas mesmas medidas.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e vinte e cinco minutos.

E, eu Sofia Alexandra Andrade Pinto Lopes Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,